

As histórias que o papel conta: papel e investimentos simbólicos na correspondência da prisão do 2º marquês de Alorna (1726-1802)

Vanda Anastácio

Como resistir ao fascínio do papel? Como escapar à sedução exercida pelas infinitas possibilidades de seus usos? Como abarcar a multiplicidade de significados simbólicos e emocionais investidos no papel ao longo do tempo? Como poderemos dissociar as possibilidades de expressão e de comunicação que o papel possibilita, da identidade que ajuda construir, das redes que permite tecer e das comunidades de práticas que possibilita gerar?

Neste trabalho, gostaríamos de examinar essas questões centrando-nos, brevemente, em duas dimensões da *mobilidade* desse objeto: uma dimensão mais ampla, relacionada com o comércio internacional de papel, documentando a circulação de papel importado em Portugal nos séculos XVII e XVIII, e uma dimensão mais restrita, focando a importância vital da circulação de papel no seio de um grupo relativamente pequeno de pessoas, formado por familiares, parentes, clientes e protetores.

FABRICO, COMÉRCIO E CONSUMO DE PAPEL

Embora o fabrico de papel em Portugal esteja documentado desde 1411¹ e haja provas da presença da imprensa no território desde 1487,^{2,3} durante a maior parte da Época Moderna, Portugal foi, em grande medida, um importador de

¹ RUAS, João. Notícia sobre a História do papel em Portugal. *Cultura: Revista de História e Teoria das Ideias*, Lisboa, v. 33, p. 31-37, 2014. Disponível em: <https://journals.openedition.org/cultura/2344>. Acesso em: 11 set. 2023.

² MARTINS, José V. de Pina. *O Tratado de Confissom e os problemas do livro impresso em Portugal no século XV*. Lisboa: INCM, 1973; MENDES, Valentina Sul. *Os incunábulo das bibliotecas portuguesas*. Lisboa: Secretaria de Estado da Cultura; Instituto da Biblioteca Nacional e do Livro, 1995.

³ Os primeiros livros impressos em território português foram fruto do engenho de impressores judeus e católicos: em 1487, o impressor judeu Samuel Gacon publicou, em Faro, uma versão do Pentateuco. A esse incunábulo seguiu-se, um ano depois (1488), a obra de Sánchez de Verrial, que publicou, em Chaves, um livro sobre os sacramentos cristãos com o título *Sacramental*. Em 1489, Eliezar Toledano (novamente um impressor judeu) publicou em Lisboa os *Comentários ao Pentateuco* de Moshe ben Nachman e no mesmo ano foi publicada em Chaves uma obra em português sobre o sacramento da penitência, o *Tratado de Confissom* (ver: MARTINS, José V. de Pina. *O Tratado de Confissom*; MENDES, Valentina Sul. *Os incunábulo das bibliotecas portuguesas*).

papel fino. Durante os séculos XV e XVI, os principais fornecedores parecem ter sido os fabricantes da França e da Itália,⁴ mas no século XVII, durante os 60 anos em que Portugal integrou o Império Habsburgo enquanto parte da “Monarquia Dual” (1580-1640),⁵ as dinâmicas de disponibilidade e de prestígio do papel europeu alteraram-se. No início de 1600, apesar da forte concorrência dos fabricantes de Génova, a França era o maior exportador europeu de papel,⁶ mas por volta de 1630 os primeiros moinhos de papel movidos pela força do vento foram estabelecidos na Holanda e, na década de 1670, os fabricantes holandeses tinham já aperfeiçoado um novo dispositivo tecnológico, conhecido como “o batedor holandês” ou “cilindro holandês”, que não só melhorou a qualidade do produto, mas também aumentou a sua produção. Segundo o historiador Mark Kurlansky, “Um ano após a instalação dos batedores, a Holanda tornou-se um exportador de papel branco e um grande concorrente internacional”.⁷

A reputação do papel holandês não parou de crescer com o passar do tempo. Em 1751, no artigo “Papier”, incluído na *Encyclopédie ou dictionnaire raisonné des sciences des arts et des métiers* editada por Diderot e D’Alembert, o Chevalier de Jaucourt afirmava que embora “França, Holanda, Génova e Inglaterra” fossem os países que “melhor fazem papel”, o papel holandês era o mais branco de todos,⁸ e concluía que “a Holanda faz o papel mais bonito do mundo, e em maior quantidade”.⁹ Naquela época, o papel fino holandês superava a produção de qualquer outro país. Joseph Jérôme de La Lande, um cientista francês que escreveu *Art de faire le papier* (Arte de fabricar papel) em 1761, procurou investigar esse estado de coisas e dedicou vários capítulos do seu livro ao exame das diferenças entre os

⁴ MELO, Arnaldo Faria de Ataíde e. *O papel como elemento de identificação*. Lisboa: Biblioteca Nacional, 1926. Disponível em: <https://purl.pt/182>. Acesso em: 12 set. 2023; ANASTÁCIO, Vanda. Introdução. *Visões de glória* (Uma introdução à poesia de Pêro de Andrade Caminha). Lisboa: INIC-Gulbenkian, 1994. v. 2, p. XI-XXVI; ANASTÁCIO, Vanda. *Leituras potencialmente perigosas e outros estudos sobre Camões e a sua época*. Lisboa: Caleidoscópio, 2020. p. 162-169.

⁵ SCHAUB, Jean Frédéric. The union between Portugal and the Spanish Monarchy. In: BOUZA, Fernando; CARDIM, Pedro; FEROS, Antonio (Org.). *The Iberian world 1450-1820*. Londres: Routledge, 2019.

⁶ MÜLLER, Lothar. *White magic: the age of paper*. Cambridge; Malden: Polity, 2014. p. 37-46.

⁷ KURLANSKY, Mark. *Paper*. Paging through history. Nova York: Norton & Company, 2016. p. 170.

⁸ “Les manufactures de papier se sont multipliés dans presque toute l’Europe; cependant la France, la Hollande, Gènes & Angleterre sont les pays où on le fait le mieux. En general il depend beaucoup de la qualité du linge dont on se sert dans les lieux où on fabrique le papier [. . .]. C’est pour cela que les papiers de Hollande & de Flandres sont plus blancs que ceux d’Italie & de France, & beaucoup plus que celui d’Allemagne” (JAUCOURT, Chevalier de. Papier. In: DIDEROT, Denis; D’ALEMBERT, Jean le Rond [Ed.]. *Encyclopédie ou dictionnaire raisonné des sciences des arts et des métiers*. Chicago: University of Chicago, 1751. Disponível em: <https://encyclopedia.uchicago.edu>. Acesso em: 12 set. 2023).

⁹ “La Hollande qui fait le plus beau papier du monde, & en plus grande quantité” (Ibid.).

modos de produção de papel na França e na Holanda (incluindo a construção das fábricas, a triagem de trapos, os processos de branqueamento etc.). La Lande reconheceu as inovações tecnológicas holandesas, destacou o facto de os fabricantes de papel holandeses dependerem da importação de trapo para poderem trabalhar, mas admitiu, embora com relutância, que o papel holandês era “mais suave, mais fino, mais liso, macio e transparente” do que o papel francês.¹⁰ A competição entre os dois países pelo mercado internacional chegou a incluir actos de espionagem industrial por parte de proprietários de fábricas e de funcionários do governo francês,¹¹ e levou até à criação de marcas d’água enganosas por fabricantes de papel franceses, como “armes d’Amsterdam”, para dar a entender que eram holandeses.¹²

Em Portugal, no mesmo período, houve várias tentativas para desenvolver a produção de papel. Várias manufaturas foram estabelecidas em Lisboa (1623), Tomar (1633) e Vila Viçosa (1637), mas a produção portuguesa de papel fino era escassa e as empresas foram de curta duração.¹³ A procura por papel aumentou exponencialmente após a restauração da independência, em 1640. Durante os 28 anos de guerra que se seguiram, o papel foi fundamental para alimentar a máquina de propaganda impressa impulsionada pelo recém-aclamado rei d. João IV. Em 1641 foi criado o primeiro periódico português – a *Gazeta da Restauração*¹⁴ –, e agentes e embaixadores portugueses inundaram as cortes e imprensas europeias com panfletos e memoriais em várias línguas, defendendo o direito do novo rei ao trono português.¹⁵ Sobreviver como país independente implicou, também, reestruturar a administração pública e criar uma burocracia baseada na circulação de documentos em papel, capaz de gerir um Império com territórios na Índia, África e Brasil. Hierarquias de comando e redes

¹⁰ “*Le papier de Hollande a un oeil plus doux, plus fin, plus uni, plus transparent [...] Le papier de Hollande est plus épais, mieux fourni que le nôtre*” (LA LANDE, Joseph Jérôme de. *Art de faire le papier*. Paris: Saillant & Nyon, 1761. p. 81-82).

¹¹ KURLANSKY, Mark. *Paper*. Paging through history, p. 232.

¹² *Ibid*, p. 131.

¹³ Ver: RUAS, João. Notícia sobre a história do papel em Portugal, p. 2-3; Viterbo VITERBO, Francisco Sousa. *Artes industriaes e indústrias portuguesas, o vidro e o papel*. Coimbra: [s. n.], 1903. p. 70; MELO, Arnaldo Faria de Ataíde e. *O papel como elemento de identificação*, p. 23-26.

¹⁴ DIAS, Eurico Gomes. *Gazetas da Restauração (1641-1648): uma revisão das estratégias diplomático-militares portuguesas*. Lisboa: ID-MNE, 2006.

¹⁵ MARQUES, João Francisco. *A parenética portuguesa da Restauração 1640-1668: a revolta e a mentalidade*. Porto: INIC, 1989; BOUZA ÁLVAREZ, Fernando. *Imagen y propaganda: capítulos de historia cultural del reinado de Felipe II*. Madrid: Akal, 1998; ANASTÁCIO, Vanda. Heróicas virtudes e escritos que as publiquem. D. Quixote nos papéis da Restauração. *Revue der iberischen Halbinseln*, Berlim, n. 28, p. 117-136, 2007; ANASTÁCIO, Vanda. Fragmenting Iberia: images of Castile in seventeenth century Portuguese pamphlets. *Portuguese Studies*, Leeds, v. 25, n. 2, p. 199-214, 2009.

de correspondentes operavam à distância por meio de ordens e disposições escritas.¹⁶ Em 1655, 15 anos após a separação política de Espanha, o historiador português Manuel Severim de Faria, no seu livro *Notícias de Portugal*, afirmava que o papel era “coisa de muito uso” em Portugal, mas notava que “todo nos vem de fora”.¹⁷

Os governantes portugueses tornaram-se cada vez mais conscientes dessa procura crescente. Preocupados com a dependência do país das importações dos grandes fabricantes de papel da França, Génova e Holanda, tentaram incentivar os empresários interessados a desenvolver a produção papelreira. Em 1706, um investidor genovês chamado Giuseppe Maria Ottoni (ou José Maria Ottone, na versão portuguesa) obteve uma licença do rei d. Pedro II que lhe concedia o monopólio do fabrico de papel no Norte de Portugal. Em associação com Marcos Bacelar Dantas, oficial do exército estacionado no Minho, estabeleceu uma manufatura em Braga.¹⁸ Em 1708, foi criada outra fábrica em Santa Maria da Feira¹⁹ e 10 anos mais tarde d. João V apoiou a parceria estabelecida entre o mesmo Giuseppe Maria Ottoni e dois oficiais do governo (o conde da Ericeira e João Neto Arnaud) para construir uma fábrica de papel maior na Lousã.²⁰ Até à morte de d. João V, ocorrida em 1750, tinham sido criadas pelo menos quatro novas fábricas de papel (em Paranhos, Lousã, São José de Braga e Abelheira), a maioria por particulares, que contavam com o apoio legal do Estado.²¹

¹⁶ PÉREZ FERNÁNDEZ, José María. Paper in motion: communication, knowledge and power: case studies for an interdisciplinary approach. *Cromohs. Cyber Review of Modern Historiography*, Florença, n. 23, 2020, p. 81-112; MÜLLER, Lothar. *White magic*, p. 31-37.

¹⁷ FARIA, Manuel Severim de. *Notícias de Portugal*. Lisboa: Officina Craesbeeckiana, 1655. p. 19.

¹⁸ OLIVEIRA, Aurélio. Fabrico de papel em Braga no século XVI. *História: Revista da Faculdade de Letras, Porto*, ano III, v. 8, p. 25, 2007; SANTOS, Maria José Ferreira Maria. *José Maria Ottone e a indústria do papel em Portugal no século XVIII*. O Papel Ontem e Hoje. Catálogo da Exposição. Coimbra: Renova; Arquivo da Universidade de Coimbra, 2008. p. 41.

¹⁹ SANTOS, Maria José Ferreira dos. *A Indústria do papel em Paços de Brandão e Terras de Santa Maria* (sec. XVIII e XIX). Santa Maria da Feira: Câmara Municipal de Santa Maria da Feira, 1997; GASPAR, Andreia Filipa Jorge. *Pelos caminhos da indústria do papel: uma abordagem histórico-geográfica. O caso da Soporcel*. Coimbra, 2014. Relatório Final de Estágio (Mestrado em Ensino de História e Geografia) – Universidade de Coimbra. p. 45-62.

²⁰ CAMPOS, Maria do Rosário Castiço de. A fábrica de papel da Lousã e o processo de industrialização em Portugal. *História: Revista da Faculdade de Letras, Porto*, n. III, v. 10, p. 145-150, 2009.

²¹ COSTA, Avelino Poole da. A indústria do papel em Portugal. *Boletim da Direcção Geral da Indústria*, Lisboa, série 2, n. 22-25, 1946; MACEDO, Jorge Borges de. *Problemas de história da indústria portuguesa no século XVIII*. Lisboa: Estudos de Economia Aplicada, 1963; SEQUEIRA, Gustavo de Matos. *A Abelheira e o fabrico do papel em Portugal*. Lisboa: Tipografia Portugal, 1935; COSTA, Leonor Freire; LAINS, Pedro; MIRANDA, Susana Münch. *História económica de Portugal (1143-2010)*. 3. ed. Lisboa: Esfera dos Livros, 2014; LUZ, Alex Faverzani da. O fomento manufatureiro em Portugal e os efeitos da política económica pombalina (século XVIII). *Revista Trilhas da História*, Três Lagoas, v. 8, n. 15, p. 90-104, jul./dez. 2018.

A produção, porém, era principalmente de papel pardo, de embrulho e de embalagem, e demasiado escassa para atender às necessidades do país. Além disso, o aumento da produção de papel provocou o aumento da procura de trapo, e surgiu um comércio paralelo de exportação desse último material, que se expandiu à sombra da indústria, e levou à escassez de trapos, conduzindo mesmo, em algumas ocasiões, à interrupção do fabrico. De acordo com um Alvará emitido em abril de 1749 proibindo a exportação de trapo,²² a maior fábrica de papel da Lousã corria o risco de fechar devido à escassez de trapos causada por “homens que os compram e os mandam para fora destes Reinos”.^{23,24}

Apesar das mudanças de governo, a produção de papel continuou a estar no centro das preocupações dos decisores portugueses. Após o Terramoto de Lisboa de 1755, d. José I e o seu primeiro-ministro, Sebastião José de Carvalho e Melo, dedicaram especial atenção à indústria papelreira no quadro da reconstrução das infraestruturas económicas e financeiras.²⁵ A política de reduzir as importações de bens de consumo e estimular as exportações só poderia ser alcançada melhorando as indústrias existentes e criando outras novas. Para fomentar a sua manufatura, o governo adquiriu as fábricas de papel com dificuldades financeiras e assumiu a sua administração.²⁶ Mais uma vez, foram implementadas medidas de atração de investimento privado por meio da concessão de empréstimos, privilégios legais e isenções fiscais. Em consequência, foram instaladas pelo menos seis novas fábricas de papel em São Payo-Moreira dos Cónegos (1787), Santa Maria da Feira (1789), Queluz, Rio de Mouro e Alenquer (1790-91) e Paços de Brandão (1795).²⁷

²² MELO, Arnaldo Faria de Ataíde e. *O papel como elemento de identificação*, p. 87.

²³ *Ibid.*, p. 96.

²⁴ Sobre o comércio internacional de trapos, ver: MÜLLER, Lothar. *White magic*, p. 46-51.

²⁵ Pedreira, Jorge. Os negociantes de Lisboa na segunda metade do século XVIII: padrões de recrutamento e percursos sociais. *Análise Social*, Lisboa, v. 27, n. 116-117, p. 407-440, 1992; PEDREIRA, Jorge. *Tratos e contratos: actividades, interesses e orientações dos investimentos dos negociantes da praça de Lisboa (1755-1822)*. *Análise Social*, Lisboa, v. 31, n. 136-137, p. 355-379, 1996.

²⁶ *Ibid.*, p. 374; CAMPOS, Maria do Rosário Castiço. *Redes de sociabilidade e poder: Lousã no século XVIII*. Coimbra, 2003. Dissertação (Doutoramento em História Moderna) – Universidade de Coimbra, Faculdade de Letras; LOURENÇO, José Henrique Leitão. *A indústria na Vila de Alenquer (1565-1931)*. Alenquer: Alenculta, 2017; LOURENÇO, José Henrique Leitão; MOREIRA, António. Desenvolvimento industrial e atraso tecnológico em Portugal na segunda metade do século XVIII. In: SANTOS, Maria Helena Carvalho dos (Coord.). *Pombal revisitado*. Lisboa: Estampa, 1984. v. 2.

²⁷ *Ibid.*, p. 64; CARREIRA, Maria de São Luiz da. *Marcas de água, Arquivo Histórico Parlamentar – Monarquia Constitucional 1821-1910*. 2012. Tese (Mestrado em Arquivística) – Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa, Lisboa, 2012. p. 47-48.

Jacome Ratton (1736-1821) fez parte do grupo de empresários apoiados pelo marquês de Pombal que se sentiram tentados a investir em papel. Nas suas memórias, publicadas em 1813, Ratton afirma que, nas décadas de 1760 e 1770, a maior parte dos papéis finos que circulavam em Portugal eram importados, principalmente de Génova, França e Holanda, e testemunha quer o desvio de matérias-primas, quer a escassez e má qualidade do papel produzido localmente:

Desvanecido o projecto da fábrica de chitas, lembrei-me estabelecer uma de papel fino, parecendo-me ser igualmente proveitosa, senão de maior utilidade; por ser hum genero de primeira necessidade, e de grandissimo consumo em Portugal, e suas colonias, vindo-lhe todo de fora, principalmente de Itália, França e Hollanda, para cujos países se transportavam os poucos trapos, que se aproveitavão.²⁸

A julgar pelos argumentos apresentados por Estevão Cabral na *Memória sobre o papel*, que apresentou à Academia das Ciências de Lisboa em 1791, no final do século XVIII, a situação não tinha mudado muito. Não só a escassez de trapos continuava a ocorrer como as importações avultadas de papel fino eram, em sua opinião, causa de empobrecimento e de desperdício dos recursos nacionais:

Reduzo o meu assunto a falar de uma só cousa, por motivo da qual nos sai das mãos um tesouro, que pela nota impressa das alfandegas, consta serem mais de duzentos mil cruzados, que todos os anos contribuimos a Génova e à Holanda. O papel digo.²⁹

Nessa altura, a produção holandesa de papel havia alcançado tal nível de proficiência e de prestígio que era quase impossível, a qualquer indústria nascente, competir com ela.

²⁸ RATTON, Jácome. *Recordacoens de Jacome Ratton, fidalgo cavalleiro da Caza Real, cavalleiro da ordem de Christo, ex-negociante da praça de Lisboa, e deputado do tribunal supremo da Real Junta do Commercio, Agricultura, Fabricas e Navegação*. Sobre occurrencias do seu tempo, em Portugal, durante o lapso de sessenta e tres annos e meio, aliás de maio de 1747 a setembro de 1810, que rezidio em Lisboa: acompanhadas de algumas subsequentes reflexoens suas, para informacoens de seus proprios filhos. Com documentos no fim. Londres: H. Bryer; Bridge Street; Blackfriars, 1813.

²⁹ CABRAL, Estevão. *Memoria sobre o papel*. In: CARDOSO, José Luiz (Ed.). *Memorias económicas da Academia das Ciências de Lisboa para o adiantamento da agricultura, das artes e da indústria em Portugal e suas conquistas (1789-1815)*. Lisboa: Banco de Portugal, 1991. t. 4, p. 154.

HISTÓRIAS E USOS PRIVADOS

De que modo se refletiram as inovações no fabrico de papel e as mudanças no equilíbrio de forças nos circuitos comerciais, na vida das pessoas? Gostaria de argumentar que a qualidade, a proveniência do papel e até mesmo a sua disponibilidade ou escassez têm implicações nas práticas sociais, nas percepções individuais, nas formas de expressão pessoal e nos investimentos emocionais e de sentido que lhe estão associados.

A 3 de Setembro de 1758, em Lisboa, houve um atentado contra o rei d. José. A responsabilidade do crime foi imputada ao duque de Aveiro e aos marqueses de Távora, que foram torturados e executados em público, em 13 de janeiro de 1759, após julgamento sumário. O mesmo destino teve o conde de Atouguia, genro dos marqueses, dois dos seus filhos e alguns criados.³⁰ Na manhã do mesmo dia, outro genro dos presumíveis culpados, o 2º marquês de Alorna, d. João de Almeida Portugal, foi detido em casa e encarcerado, sem acusação formal nem julgamento, na torre de Belém. Segundo o registo dos presos tornado público por Alberto Telles em 1887, d. João foi transferido para o forte da Junqueira a 2 de janeiro de 1761.³¹ Seis meses depois, a mulher e os filhos foram enviados para o convento de São Félix, em Chelas.³² O filho d. Pedro, herdeiro do título da Casa de Alorna, foi colocado sob a tutela do marquês de Pombal. A família ficaria separada durante 18 anos, até à morte de d. José I, a subida ao trono da rainha d. Maria I e o afastamento do marquês de Pombal.

O marquês de Alorna descreveu as condições em que viveu encarcerado no forte da Junqueira num livro redigido por volta de 1775, quando ainda se encontrava detido, intitulado *As prisões da Junqueira durante o ministério do marquez de Pombal*, que teve grande circulação manuscrita até ser publicado pela primeira vez em 1857. Nele se refere às más condições das celas, à penúria em que viviam os presos e às humilhações a que eram submetidos.³³

Quando foi transferido para o Forte da Junqueira, o edifício, situado na margem do Tejo, perto da água, acabava de ser modificado para poder servir de prisão. Eram 19 celas, situadas num andar intermédio entre a cave, onde havia

³⁰ NEVES, José Cassiano. *Lisboa e a tragédia dos Távoras*. Lisboa: [s. n.], 1983. p. 103-120.

³¹ TELLES, Alberto. A Bastilha Portuguesa. *A Ilustração Portuguesa*, Lisboa, ano 3, n. 42, p. 5-72, maio 1887.

³² ALORNA, Marquês de. *As prisões da Junqueira durante o Ministério do marquez de Pombal, escriptas alli mesmo pelo marquez de Alorna, uma das suas victimas, publicados conforme o original*. Edição: José de Sousa Amado. Lisboa: Typographia de Silva, 1857.

³³ *Ibid.*

duas câmaras de tortura e um cemitério, e o andar superior, onde ficavam os aposentos do diretor da prisão, de um escrivão, o capelão e os guardas. As celas eram pequenas e mal iluminadas. Não havia lugar para os presos se deitarem, mas, depois de muita insistência, d. João conseguiu autorização para construir um catre a partir de portas e barrotes velhos. Os prisioneiros eram mantidos em isolamento e impedidos de contactar uns com os outros e com o mundo exterior.

D. João sabia que estava inocente e viveu a situação de encarceramento como um ultraje à sua linhagem, à sua pessoa e à sua honra. Encarou a privação dos privilégios, a separação da família, o isolamento e o confinamento como ameaças à sua individualidade e à sua sanidade. Apesar de saber que podia piorar suas condições de vida, enfrentar a tortura e até a morte se tentasse entrar em contacto com os seus familiares, estava pronto a arriscar tudo para conseguir apoios. Segundo o seu relato, sempre que não havia guardas presentes, os presos encontravam meios de comunicar uns com os outros através de batimentos e sussurros “pelas janelas e às vezes pelas portas”.³⁴ A única forma de enviar mensagens para familiares, amigos e simpatizantes envolvia o suborno de guardas, criados e porteiros, mas dependia, acima de tudo, da disponibilidade de instrumentos e materiais de escrita. O mais versátil de todos e o mais fácil de esconder era, claramente, o papel. Mas não era fácil obtê-lo numa prisão onde os detidos deveriam permanecer incomunicáveis. Nessas circunstâncias, que podemos considerar extremas, o papel é investido de significados inesperados.

PAPEL E EMOÇÕES

Segundo o relato do marquês, no início da sua chegada ao Forte da Junqueira contava com a “alma compassiva”, a “bondade natural” e a “caridade” de um guarda, de nome Domingos, para comunicar com outros presos e contrabandear mensagens para sua família.³⁵ Juntamente com alguns criados, Domingos havia criado uma verdadeira rede de distribuição de cartas e de bens essenciais, dentro e fora do forte.³⁶ Infelizmente, ao fim de um ano e meio essas irregularidades

³⁴ “Os presos neste estado de tristeza não podiam deixar de recorrer a outro modo de desafogar o animo, que a forma destas prisões lhe apresentava; começaram a falar pelas janelas e algumas vezes pelas portas. Para condução das vozes dava bastante facilidade o muro do corredor” (Ibid., p. 27).

³⁵ “No princípio houve aqui um moço, chamado Domingos [...] que era de genio compassivo, e de uma bondade natural admirável. Continuamente estava empenhado em animar, e consolar estes afflictos [...]” (Ibid., p. 25-26).

³⁶ “Chegou a tanto a sua caridade que aos mais angustiados procurou logo notícias dos seus parentes. O bom sucesso das primeiras empresas o afoitou para outras maiores: todos os que tinham casa receberam deste modo toda a casta de alívios, e assim dinheiro, como coisas de comer, remédios, trastes, etc., de tudo tiveram nesse tempo abundancia.” (Ibid., p. 26).

foram descobertas, o guarda e os seus cúmplices foram presos e o isolamento foi reforçado. Mas, nessa altura, já os presos se tinham posto em contacto com as suas famílias e apoiantes e encontrado várias maneiras de iludir a vigilância.

Ainda que com interrupções, e muito constrangido pela dificuldade em obter materiais de escrita, o marquês de Alorna conseguiu manter uma correspondência secreta com a mulher e os filhos. Para alguém como d. João, para quem as mensagens escritas eram a única forma de entrar em contacto com o mundo fora da cela, o papel oferece a possibilidade de o fazer. Veículo de alívio emocional, torna-se um veículo da expressão escrita que permite fugir ao isolamento e abre a possibilidade de manter viva a esperança da liberdade.³⁷ Como a correspondência da família Alorna durou 18 anos, esta tornou-se também um substituto da expressão do afeto entre marido e mulher, e entre pai e filhos. Mas não poderia ter existido sem suporte material. Com efeito, graças ao papel, o marquês pôde alimentar o relacionamento afectivo com a mulher e acompanhar o crescimento dos filhos, cuja educação monitorizava à distância, dando conselhos, sugerindo leituras, condutas e resistência aos representantes do Estado.³⁸

As condições dessa correspondência variaram de acordo com as oportunidades, a boa vontade dos portadores e até com as mudanças dos regulamentos prisionais. A correspondência conservada é rica em pormenores acerca das várias maneiras como a vigilância era iludida: as mensagens eram entregues ao prisioneiro de noite, passadas aos mensageiros através de frestas nos telhados ou de buracos nas paredes da prisão; escondidas dentro de sacos de tecido pendurados em cordas, à noite, do lado de fora das celas, disfarçados entre restos de comida, enrolados com a roupa suja recolhida periodicamente pelos criados e assim por diante. Os documentos são especialmente eloquentes quando descrevem as dificuldades em fazer chegar papel ao marquês: nas cartas à mulher e às filhas, d. João pede constantemente que lhe enviem papéis e penas.³⁹

³⁷ CASTILLO GÓMEZ, Antónío. Escrito en prisión. Las escrituras carcelarias. *Península: revista de estudos ibéricos*, Porto, n. 0, p. 147-170, 2003; CASTILLO GÓMEZ, Antónío. *Entre la pluma y la pared*. Una historia social de la escritura en los Siglos de Oro. Madrid: Akal, 2006; SIERRA BLAS, Veronica. Escrituras y lecturas em reclusión. *Vegueta. Anuario de la Facultad de Geografía e Historia*, Las Palmas, n. 19, p. 23-29, 2019; SILVER, Marie-France. Résister: la correspondance des prisonnières protestantes de la tour de Constance. In: SILVER, Marie France; SWEDERSKI, Marie-Laure Girou (Org.). *Femmes en toutes lettres*. Les épistolaires du XVIIIe siècle. Oxford: Voltaire Foundation, 2000. p. 97-108.

³⁸ ANASTÁCIO, Vanda. La educación de los sentimientos y de las costumbres: el punto de vista del segundo marquês de Alorna (1726-1802). In: BOLUFER, Monica; GOMIS, Juan (Org.). *Educar los sentimientos y las costumbres: una mirada desde la História*. Zaragoza: Institución Fernando el Católico, 2014. p. 109-130.

³⁹ NEVES, José Cassiano. *Lisboa e a tragédia dos Távoras*, p. 39; ANASTÁCIO, Vanda. Written in prison. In: DIONÍSIO, João (Ed.). *Private do (not) enter*. Personal writings and textual scholarship. Leiden: Rodopi, 2012. p. 43-56. (Coleção Variants, v. 8).

O confinamento, o isolamento, as privações e a incerteza quanto ao futuro eram difíceis de suportar, mas no discurso do marquês de Alorna a falta de papel parece ter sido mais grave do que qualquer outro constrangimento. A escassez de papel levou-o mesmo a inventar um processo de reciclagem dos pedaços soltos que conseguia reunir. Como explicou em carta ao filho, encontrou uma maneira de lavar a tinta dos pedaços de papel usado que lhe chegavam às mãos:

[...] para que tu vejas o aperto, e a pobreza em que me acho: sabe, que este papel que contem o que até agora tenho dito, já foi escrito de outras coisas, e a necessidade que é a mãe das artes, me fez imaginar com bom sucesso, que seria possível molhando-o, desvanecer-lhe as letras, de um certo modo, que seria dilatado explicar-te, e a feicidade foi, ter em que fazer semelhante experiência.⁴⁰

As cartas ainda apresentam as marcas desse processo. Em algumas delas veem-se vestígios de esquadrias, restos de tarjas pretas e de traços dos textos originalmente escritos, o que lhes confere semelhanças com os palimpsestos medievais (Figura 1).

⁴⁰ ALORNA, Marquês de. *Escritos do cárcere* [transcrição, fixação de texto e edição de Vanda Anastácio]. Lisboa: Caleidoscópio, 2022. p. 81.

Note-se que o papel não condicionava apenas as possibilidades de comunicação, mas também interferia na expressão escrita. Se atentarmos às queixas do marquês de Alorna sobre a falta de papel, concluiremos que atribui a esse facto algumas características dos seus textos. Escreve ao filho, por exemplo: “Tenho concluído esta carta, que procurei medir pelo papel que pude conseguir e que pude lavar”,⁴¹ e explica à esposa que as instruções que lhe enviava “Não pode ser coisa muito extensa porque para isso seria preciso ter cuidado com mais vagar, que é o que faço tenção de fazer quando tiver mais papel”.⁴² O marquês também atribui à falta de papel o facto de escrever mensagens coletivas às duas filhas em vez de cartas individuais endereçadas a cada uma delas,⁴³ pela falta de pormenor com que trata certos assuntos⁴⁴ e pelo silêncio sobre questões que precisariam ser tratadas mais longamente.⁴⁵ Em carta enviada à esposa chega a mencionar a escassez de papel como um dos inconvenientes que afetam o seu humor e o seu estilo, dizendo:

Não me posso apurar, porque me cansa e me enfastia, e além disso por mais erros que faça não se podem emendar, nem há modo de tornar atrás com tão pouco papel e, assim, estou como Pilatos, que o que escreveu, escreveu.⁴⁶

A escassez de papel reflete-se também na forma como d. João redigiu os seus escritos. As diferenças são visíveis quando se comparam as cartas escritas na prisão com as que escreveu em liberdade. No primeiro caso, o marquês tenta incluir muito texto num espaço curto, não deixa margens, diminui o tamanho da caligrafia, reduz ao mínimo o espaço entre as linhas e substitui os parágrafos por pequenos espaços em branco colocados imediatamente após os pontos finais (Figura 2). Pelo contrário, quando dispõe de papel em quantidade suficiente, segue as regras de apresentação do texto preconizadas nos manuais de redação de cartas da época, que descrevem o que poderíamos designar como

⁴¹ *Ibid.*, p. 99.

⁴² *Ibid.*, p. 46.

⁴³ Por exemplo: “Minhas filhas do meu coração a falta de papel que experimento e que me impede escrever a cada uma de vocês separadamente [...]” (*Ibid.*, p. 85).

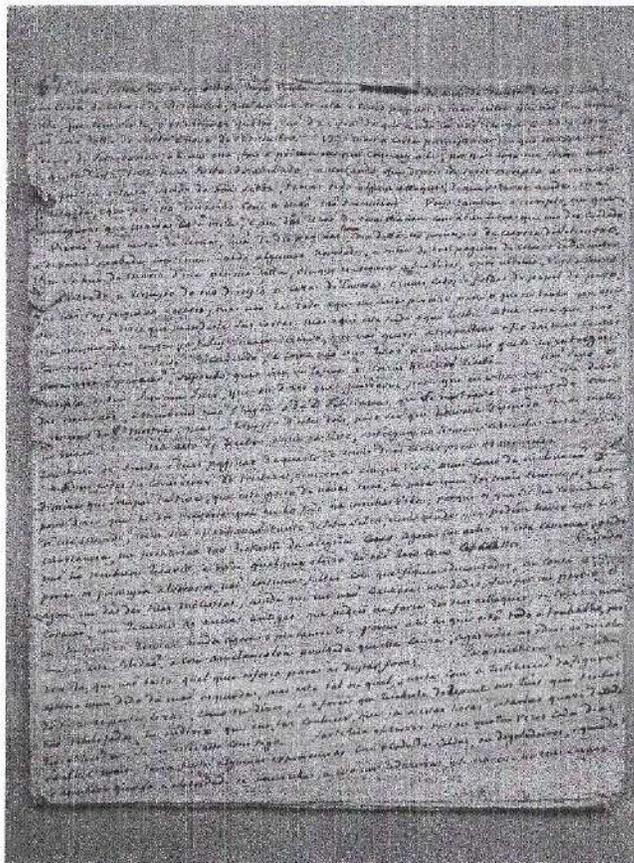
⁴⁴ “Já acabei de escrever a Leonor e, por mais breve que quis fazer a tal parlenga das Ciências, sempre me levou quatro folhas de papel. [...] Lá lhe recomendo que mande mais papel em maços e tem tu cuidado nisso porque, desse modo, me posso eu divertir bastante, fazendo-lhe algum benefício” (*Ibid.*, p. 41).

⁴⁵ “mas, como não tenho papel, nem fiz ainda considerações bastantes a respeito do que tu me dizes da nossa correspondência, ficará isso para outra vez.” (*Ibid.*, p. 58).

⁴⁶ *Ibid.*, p. 38-39.

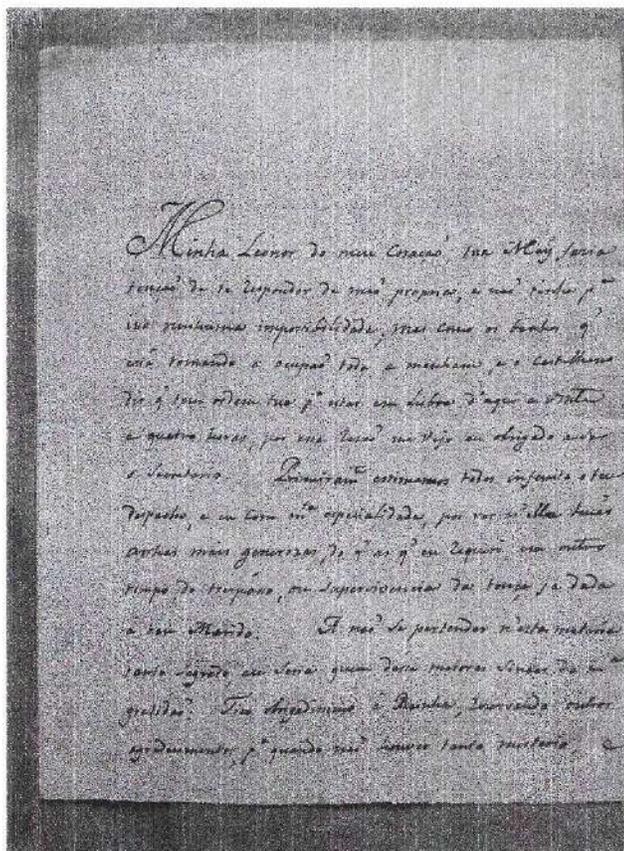
uma “retórica espacial” das cartas, em que os espaços em branco eram investidos de significado. Assim, deixa espaços em branco nos cabeçalhos (refletindo o respeito pelo destinatário) e na margem esquerda (para permitir que o destinatário segure o documento sem cobrir a mensagem) e dá mostras de cortesia para com o seu leitor, desenhando a primeira maiúscula do texto cuidadosamente, e abrindo parágrafos sempre que muda de assunto (Figura 3).⁴⁷

FIGURA 2



⁴⁷ ARAÚJO, Ana Cristina. A correspondência: regras epistolares e práticas de escrita. In: SOBRAL NETO, Maria (Org.). *As comunicações na Época Moderna*. Lisboa: Fundação Portuguesa das Comunicações, 2005. p. 105-124.

FIGURA 3



PAPEL... E PAPEL

Enquanto prisioneiros do Estado, os membros dessa família tiveram que enfrentar uma permanente falta de meios. No entanto, quando se tratava de papel, recorriam, preferencialmente, a papel holandês de boa qualidade. Na opinião do marquês, o “papel de Holanda” era o mais adequado para escrever ao permitir que a pena deslizasse suavemente sobre as páginas. Para poder escrever, d. João estava dependente do fornecimento regular do papel que a família

conseguia contrabandear para dentro dos muros da prisão, mas deu instruções claras acerca das suas preferências. Conhecia bem o papel francês, pois na sua adolescência, quando seu pai foi nomeado vice-rei da Índia, fora enviado para a França para terminar os estudos e vivera em Paris entre 1742 e 1746, na casa do embaixador português d. Luís da Cunha.⁴⁸ Embora não tenhamos provas de que estivesse ciente das tensões existentes na época entre os fabricantes de papel franceses e holandeses e da luta que travavam pelo monopólio do comércio do papel, numa das suas cartas compara ambos os produtos, afirmando:

Também me esquecia dizer-te que recebi três cadernos deste papel, que eu conheço muito bem porque é francês, e todos os desta casta tem excelente aparência, mas na experiência é muito inferior ao de Holanda. É pascento em algumas partes, não corre nele tão bem a tinta, e como esta que uso é da china, que não é tão boa para escrever, ainda se fazem mais sensíveis todos estes defeitos.⁴⁹

Pode dizer-se que o marquês de Alorna fala dos papéis franceses e holandeses “do ponto de vista do utilizador”. Os seus comentários lembram-nos que a qualidade, a textura e a uniformidade da superfície do papel eram especialmente relevantes na época pelo impacto que tinham na execução da complexa técnica manual necessária para escrever à pena, com aparos talhados à mão. Produzir um texto limpo e legível, sem manchas nem borrões, usando esses instrumentos, constituía um desafio. No que se refere ao papel, a julgar pelos documentos sobreviventes, a família de d. João acatou as suas preferências. Um olhar às filigranas do papel das suas cartas revela uma variedade de papéis produzidos na Holanda, principalmente pela firma Dirk & Cornelius Blauw – claramente a mais representada nessa coleção –, mas também papéis fabricados por Sebelle Ketel & Wassenbergh, D. Sebelle & Wend e Adrian Rogge. Trata-se de produtores holandeses bastante conhecidos da região de Zaand que dominaram o comércio internacional de papel na segunda metade do século XVIII. Dado o prestígio e a opinião de qualidade associada ao papel holandês importado, é possível que a sua utilização também fosse vista como um sinal de distinção: para um aristocrata setecentista culto, a escolha do tipo de papel de escrita podia ser encarada como um sinal de distinção, um indicador de pertença à sua classe. Mas a insistência no tipo de papel que desejava receber pode ainda ser

⁴⁸ Monteiro, 2000.

⁴⁹ Carta preservada na Biblioteca da Universidade de Coimbra, *Cartas do marquês de Alorna* (ref.: BGUC Nº 234).

interpretada como uma forma de tentar manter hábitos previamente adquiridos e de permitir que o marquês conservasse, apesar de tudo, algo da sua individualidade.

Proibidas e secretas, essas cartas apresentam outras características interessantes que também justificam a preocupação com a qualidade do papel. Nas suas mensagens, a família Alorna usou três tipos diferentes de tinta: tinta ferro-gálica comum, tinta da china preta e tinta vermelha, fabricada por d. João fervendo em água restos de pau-brasil (retirados de um banco da sua cela) e sumo de limão. Este último era também utilizado como tinta invisível sempre que os correspondentes desejavam fazer comentários ou transmitir informações sobre assuntos políticos ou temas mais íntimos, utilizando as entrelinhas de mensagens formais e inocentes escritas com tinta escura. Para ler esses textos, o papel tinha que ser colocado perto de uma fonte de calor, como a chama de uma vela, e deveria ser suficientemente grosso para não pegar fogo facilmente durante o processo. Alguns dos documentos exibem os três tipos de tinta, pois, após revelar o texto secreto escrito com sumo de limão com a ajuda de uma vela, d. João considerou algumas partes perigosas demais para serem vistas por outras pessoas e riscou-as logo a seguir à leitura com a tinta vermelha de pau-brasil que fabricava na prisão.

Dado o risco de sofrer represálias se as cartas fossem encontradas, podemos perguntar por que motivo o marquês não as destruiu, queimando-as simplesmente. Podemos argumentar que, depois de ter decifrado o conteúdo dessas mensagens, elas se terão tornado, para o seu leitor, algo mais do que simples pedaços de papel descartáveis, e que a materialidade desses documentos terá sido investida de forte significado emocional. O facto de poder tocar e sentir esses escritos parece ter sido encarado, pelo prisioneiro, como uma parte importante da experiência espiritual de receber alguma coisa enviada pelos seus entes queridos. A escrita pode transformar um pedaço de papel numa mensagem, mas o papel que contém essa mensagem torna-se dela parte intrínseca, tornando-a possível, tangível e repetível por meio da releitura.

A observação do progresso tecnológico e da dinâmica evolutiva das necessidades e expectativas da sociedade projetadas no comércio internacional de papel permite ao historiador compreender melhor a centralidade que ele adquiriu no tempo e no espaço. Mas o papel faz parte da vida humana há tanto tempo que os seus usos simbólicos multifacetados tendem a ser invisíveis. Num mundo fascinado pelas possibilidades de desmaterialização graças à produção de artefactos digitais, vale a pena recordar algumas das formas como significados emocionais podem ser projetados sobre esse material que, por ser leve e fácil de transportar, dobrar, esconder e manipular, pode encarnar os anseios recônditos e os afetos mais íntimos de quem o usa.